

É importante frisar que esses interesses levaram a uma grande colaboração financeira e política dessas empresas para o golpe de Estado de 1964, que implantou a ditadura militar no Brasil¹³.

Ajudaram a criar o aparato para o golpe o IPES (Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Essas entidades apoiavam partidos e parlamentares de direita com dinheiro das empresas e da CIA, a agência de inteligência dos Estados Unidos¹⁴.

René Armand Dreifuss, em seu livro “1964 a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe” ¹⁵ (1981) discorre sobre como a elite empresarial contribuiu com o golpe, com uma forte campanha de propaganda ideológica:

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos." Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas.

A referida campanha ideológica “[...] visava difundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais da direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”, do qual fazia parte o governo de João Goulart “ ¹⁶.

Além disso, houve atuação direta do setor empresarial no que tange aos instrumentos de repressão e tortura e na criação de centros de repressão. Exemplo disso é a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que, juntamente com outros empresários, financiou centros de repressão como a Oban (Operação Bandeirante), que foi modelo de centro de tortura para as demais regiões do país e que, posteriormente, passou a se chamar DOI-Codi

¹³ 4ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 18/02/2013.

¹⁴ GOMBATA, Marsílea. Comissão da Verdade quer responsabilizar empresas que colaboraram com a ditadura. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-quer-responsabilizar-empresas-que-colaboraram-com-a-ditadura-8874.html>>. Acesso 25/02/2015.

¹⁵ DREIFFUS, René. 1964 a conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1987, p. 233

¹⁶ Idem, p. 231.

(Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna) ¹⁷.

Outro exemplo de atuação direta da classe empresarial na repressão foi a de Henning Albert Boilesen, presidente da *Ultragaz* e colaborador direto do regime, que, além de financiar, frequentava os locais e assistia às torturas. Boilesen também era um dos responsáveis por recolher a “caixinha”, valores de contribuição das empresas para a repressão. Há denúncias de que haveria um instrumento de tortura conhecido como Pianola Boilesen, uma máquina de eletrochoque acionada por teclado, cujo nome foi dado em homenagem a ele, que a teria trazido do exterior¹⁸.

2. Medidas implantadas com o golpe

Após o golpe, a primeira medida para dismantelar a organização dos trabalhadores foi a desarticulação dos sindicatos, principalmente dos maiores, mais representativos e organizados e, que estavam à frente das principais lutas¹⁹. Essa era uma medida imediata de freio à ascensão das lutas dos trabalhadores, já que os mesmos estariam sem uma organização institucional e solidificada.

Os dados acerca das intervenções do governo no sindicato demonstram como a intenção da ditadura era de fato desarticular as organizações dos trabalhadores de maior expressão e mais importantes na direção das lutas:

De fato, o governo interveio em 67% das confederações, em 42% das federações e em apenas 19% dos sindicatos. Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores. E significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo

¹⁷ 4ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 18/02/2013.

¹⁸ PALMAR, Aluizio. Manifesto conjunto da ALN e MRT sobre o justicamento de Henning Boilensen, financiador de torturas. Disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/aln/manifesto-conjunto-da-aln-e-mrt-sobre-justicamento-de-henning-boilensen-financiador-de-torturas/>. Acesso 25/02/2015.

¹⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV. Grupo de trabalho 13 – p. 58. Disponível em <<http://trabalhadoresgctcnv.org.br/>>. Acesso em 09/01/2015.

militar simplesmente decapitou o movimento trabalhista radical (ERICKSON, 1979, p. 209) ²⁰.

Com as intervenções os sindicatos perderam sua função anterior e passaram a servir ao estado como órgão controlador dos trabalhadores, com lógica puramente assistencialista. Isso porque a ideia da ditadura era não era exatamente enfraquecer os sindicatos, mas se aproveitar dessas instituições para fortalecer sua política e atingir seus objetivos. Assim, eles passaram a conceder diversos benefícios como facilidades para obtenção de crédito imobiliário, bolsas de estudo, entre outros. A tentativa era de que os sindicatos se tornassem “máquinas” assistencialistas e burocráticas, impossibilitando que pudessem de fato organizar lutas²¹.

Havia ainda tentativa de aliciamento, com a concessão de benefícios para os trabalhadores, sendo exemplo entidades sindicais internacionais, vinculadas ao governo americano, como a CIOSL (Confederação Internacional de Operários e Sindicatos Livres), que propiciava “diárias, passagens e outras vantagens aos dirigentes sindicais que desejarem ir aos Estados Unidos, ao México e a outros países onde lhes serão ministrados cursos cujas aulas estão impregnadas do anticomunismo” ²².

Outra forma de conseguir mais controle sobre o movimento organizado era a alteração da legislação. A organização sindical da época anterior ao golpe, nos moldes da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), era uma organização já sob controle, herdada do governo de Getúlio Vargas, com as seguintes características:

O nosso sistema legal, assim, baseou-se em institutos que caracterizaram a forma autoritária de organização sindical, dentre os quais a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a natureza pública das funções sindicais, o prévio enquadramento sindical elaborado pelo Estado, o princípio do sindicato único, a contribuição sindical, a intervenção do Estado e o poder punitivo sobre os sindicatos [...] ²³.

²⁰ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Apud ERICKSON, K. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 3.

²¹ Idem p. 282

²² Idem, p. 7.

²³ NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 21ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 74.

Dessa forma, o modelo de organização sindical, que já era controlado pelo Estado, passa a servir aos interesses deste, e as novas leis decretadas pelo governo ditatorial iriam aprofundar ainda mais esse controle, a ponto de impossibilitar o cumprimento dos objetivos do sindicato em sua essência, de organização dos trabalhadores nas lutas por melhores condições de vida. Foram, assim, introduzidas novas regras visando à paralisação do movimento por meio de restrições impostas, como a necessidade dos trabalhadores que pretendessem participar do sindicato serem sujeitos à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política, e a restrição de acesso aos recursos do recém criado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). No INPS, diferentemente dos institutos de pensão anteriores, os trabalhadores não detinham nem mesmo controle parcial, eles ficaram totalmente afastados do controle do Instituto, cuja direção era totalmente indicada pelo governo²⁴.

A nova regulação do direito de greve, por meio da lei nº 4330/64, restringiu a greve à cobrança de salários atrasados, além de proibir as greves de cunho político e as de solidariedade²⁵. Com isso, a ditadura visava cada vez mais afastar os trabalhadores das lutas políticas com intuito de levá-los à despolitização e ausência de participação nas decisões políticas nacionais.

Outra medida foi a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), pela lei nº 5.107/1966, que causou o fim da estabilidade no emprego, o aumento da rotatividade e, dessa forma, maior dificuldade do sindicato em organizar os trabalhadores a partir de seu local de trabalho²⁶.

Anteriormente ao FGTS, havia a estabilidade para aquele trabalhador que estivesse na empresa há mais de 10 anos, e que não poderia ser dispensado, a não ser por falta grave, nos termos do artigo 492 da CLT. Contudo, tal estabilidade apenas tinha validade para o não optante do FGTS, após a promulgação da lei que o instituiu. Assim tal estabilidade passou a não mais existir na prática²⁷.

²⁴ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática, p. 3. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/9321> acesso em 06/01/2015.

²⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV. Grupo de trabalho 13 – p. 67. Disponível em <<http://trabalhadoresgtcnv.org.br/>>. Acesso em 09/01/2015.

²⁶ Idem.

²⁷ MARQUES, Rafael da Silva. Estabilidade no emprego. Disponível em <http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/298.htm>. Acesso em 25/02/2015.

Durante a ditadura foram implantadas medidas para contenção da inflação, que causaram grande arrocho salarial, leis que subordinavam os aumentos salariais que antes eram ajustados em convenções coletivas ou arbitrados pela Justiça do Trabalho, a fatores de reajustamento padronizados²⁸, o que afastava as lutas por aumento salarial, já que se tratava de índice pré-estabelecido.

3. O controle dos trabalhadores nos locais de trabalho

Houve, ainda, atuação repressiva diretamente nos locais de trabalho em cooperação com diversas empresas, vigiando-os e perseguindo-os²⁹.

Quando ocorreu intervenção nos sindicatos, os trabalhadores buscaram fortalecer as organizações de base como as comissões de fábrica. Contudo o apoio das empresas à ditadura e a vigilância ininterrupta dificultavam esse trabalho³⁰.

Na 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, dentro do seminário “trabalhadores que resistiram à ditadura”, Waldemar Rossi, membro da Pastoral Operária e membro da Oposição Sindical Metalúrgica, à época da ditadura, comentou sobre a extinção da comissão de fábrica da empresa *Cobrasma* na cidade de Osasco³¹:

Só para lembrar, nos seus depoimentos, que a comissão de fábrica da Cobrasma, que era o esteio do movimento sindical, naquele momento, foi extinta por ordem da ditadura. E isso foi, talvez, a maior pancada em cima da organização de base dos trabalhadores, aqui em São Paulo.

Diversas empresas apoiaram a ditadura no Brasil, não só financiando, como já comentado, como também fornecendo informações sobre funcionários, propiciando, assim, inúmeras prisões ilegais, torturas, desaparecimentos

²⁸ NASCIMENTO, Amaury Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 21ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 78.

²⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV. Grupo de trabalho 13 – p.. 61. Disponível em <<http://trabalhadoresgctcnv.org.br/>>. Acesso em 09/01/2015.

³⁰ SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática, p. 284. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p279/8605>. Acesso em 25/02/2015.

³¹ 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, dentro do Seminário “Trabalhadores que resistiram à ditadura”, em 04/04/2013.

forçados e assassinatos de opositores do regime, sendo, portanto, coautoras das graves violações de direitos humanos perpetradas na época.

Em documento encontrado no arquivo do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), datado de 1981, constam nomes de mais de 400 funcionários de empresas como *Toshiba, Brastemp, Ford, Mercedes Benz* e outras empresas de grande porte, com endereço residencial e setores onde os funcionários trabalhavam³².

Também, um relatório confidencial da seção de Informações do Ministério da Aeronáutica³³ que comprova a existência de reuniões realizadas entre agentes de organismos de inteligência do Estado e representantes de grandes empresas. O documento é o informe de uma “*reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba*”, onde estavam presentes representantes das empresas *Ford, Ericson, FNV, General Motors, Petrobrás, Johnson, Kodak, Phillips, Telesp, Villares, Volkswagen, Embrap, Vibasa, Avibras, Caterpillar, Confab, Embraer, Engesa e Rhodia*.

Nessa reunião são dados informes sobre a situação de cada empresa, em quais havia trabalhadores em greve, comissões sindicais organizadas pelos trabalhadores, locais onde havia pressão do sindicato por questões trabalhistas. No documento há, ainda, um anexo chamado de “*lembretes*”, tratando da *Volkswagen* e de toda movimentação política lá existente, como “*vendas de jornais de imprensa alternativa nas portarias VW*”, recrutamentos para organizações de esquerda, reuniões de associações, assembleias realizadas, atividades sindicais e partidárias, dentre outras, sempre citando nomes de trabalhadores como responsáveis, o que demonstra que havia efetiva colaboração das empresas para que o Estado soubesse quem eram os organizadores e, assim, a repressão pudesse agir.

Um terceiro documento encontrado, datado de 27 de junho de 1978 e dirigido à Polícia Civil Paulista revela a preocupação das empresas em evitar greves, informando que a Indústria *Resil*, localizada em Diadema, “introduziu entre seus empregados três elementos com a finalidade de informá-los e de

³² Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Brasil – Grupo de trabalho 13 – p. 56, disponível em <<http://trabalhadoresgtcnv.org.br/>>. Acesso em 28/01/2015.

³³ Documento Informação nº 042/SIS/EEAEr/83. Órgão produtor: Ministério da Aeronáutica Escola de Especialistas de Aeronáutica. Seção de Informações. Data: 18/07/1983. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/mon/monitoramento_Lula.pdf. Acesso em 25/02/2015.

ajudá-los na localização dos possíveis mentores do movimento grevista naquela indústria". Neste documento havia também a ficha funcional completa de um funcionário³⁴.

Diversos depoimentos colhidos pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", nas audiências públicas, atestam esses fatos, de que as empresas monitoravam seus funcionários e repassavam detalhadamente as informações para os órgãos de segurança. Eram repassadas informações sobre a organização dos trabalhadores, e informações de caráter privado, como dados pessoais, informações profissionais de admissão e demissão.

Augusto Portugal, membro da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC, relatou em audiência³⁵ a vigilância que sofreu:

Eu descobri, no meu "habeas data", em 1977,³⁶ que toda a minha documentação na Scania - documentação de caráter privado -, ficha de admissão, ficha funcional, ficha admissional, tudo isso havia sido entregue à Seccional do DOPS, no ABC, pela empresa. Fato atestado pela declaração de recebimento do delegado. [...] havia essa lista negra - a famosa lista negra - com mais de 400 nomes, de São Bernardo, que era uma lista dos ativistas identificados pela Repressão e pelas empresas, que eram informações típicas de quem tem o controle da empresa. Informações de endereço, de profissão, enfim..."

Luiz Carlos Prates, metalúrgico e militante da CSP-Conlutas relatou³⁷ que trabalhou em várias empresas, na época da ditadura militar, e foi demitido de várias delas, como por exemplo, a "Monark". Descobriu anos depois que sua ficha funcional da referida empresa estava no DOPS.

Ademais, além da vigilância e repasse de documentos, as empresas muitas vezes colocam agentes da repressão pessoalmente dentro das fábricas, como conta Sebastião Neto³⁸:

³⁴ CNV apresenta documentos que indicam o envolvimento de empresas privadas com a ditadura militar Disponível em <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/534-cnv-apresenta-documentos-que-indicam-o-envolvimento-de-empresas-privadas-com-a-ditadura-militar> acesso em 25/02/2015.

³⁵ 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", dentro do Seminário "Trabalhadores que resistiram à ditadura", em 04/04/2013.

³⁶ A referência a 1977 refere-se ao ano em que esses dados foram entregues ao DOPS/SP, e não ao próprio "habeas data", instrumento criado pela atual Constituição da República, promulgada em 1988.

³⁷ Idem.

³⁸ 29ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", dentro do Seminário "Trabalhadores que resistiram à ditadura", em 05/04/2013.

No caso da Aliperti a segurança interna da fábrica era feita pelo delegado do bairro; que andava com a baratinha – naquela época, o fusca – dentro da fábrica, intimidando os trabalhadores. Tinha um chiqueirinho dentro da fábrica; um chiqueirinho, que, se o cara brigou com a mulher, se o cara chegava bêbado, se o cara estava raivoso, ele era punido, dentro da fábrica, pela polícia. Para mim, isso é o Estado, lá dentro.

4. Ditadura e periferia

Uma faceta importante do regime na época foi o inchaço das periferias urbanas. Na década de 1960, após o golpe militar de 1964, houve um grande movimento da população do campo para as cidades, tanto do interior paulista quanto do nordeste brasileiro, sobretudo devido à precarização da vida no campo e opressão de seus trabalhadores, à concentração de terras e à propaganda institucional, causando um crescimento desordenado dos centros urbanos, sobretudo em suas periferias. Sem políticas definidas para a ocupação desses espaços, a população ocupou como podia e utilizando os seus meios.

Na periferia, local das fábricas, onde existia a demanda por mão de obra subvalorizada, e dos bairros, a infraestrutura sempre foi uma das pautas dos trabalhadores – dada a carência de serviços públicos básicos, como creche, escola, posto de saúde, iluminação, asfalto, abastecimento. Os trabalhadores além de lutar pelos direitos trabalhistas lutavam também por melhorias na infraestrutura da cidade e pelo direito à moradia.

Na periferia os operários desenvolverem intensa discussão política sobre uma sociedade democrática, com intensa participação da igreja. Porém a ditadura reprimia e perseguia os líderes comunitários.

5. Graves violações aos Direitos Humanos perpetradas contra os trabalhadores

Dentre as graves violações aos Direitos Humanos perpetradas contra os trabalhadores, estão:

5.1 Falta de liberdade de associação: intervenções e perseguições a movimentos organizados

No conceito de graves violações de direitos humanos o livre exercício de associação não é abarcado, porém é fato que a liberdade de associação é direito humano, previsto, inclusive, na Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁹ em seu artigo 20⁴⁰.

Portanto, ao intervir nos sindicatos e associações de trabalhadores visando seu controle, impediu o livre exercício de associação e demais liberdades sindicais, perpetrando, dessa forma, violação desses Direitos Humanos consagrado na legislação internacional, especialmente convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que o Brasil já era signatário à época.

A intervenção nos sindicatos foi uma das primeiras ações do novo regime ditatorial assim que chegou ao poder, a fim de se consolidar. Em São Paulo um dos primeiros a sofrer intervenção e prisões ilegais foi o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, na época dirigido por Conrado Del Papa do Partido Socialista⁴¹.

5.2 **Prisões ilegais**

As prisões ilegais também foram método repressivo utilizado pela ditadura militar para perseguir os trabalhadores. Muitas vezes, com essas prisões vinham outras violações de direitos como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Tais prisões geralmente ocorriam sem qualquer mandado judicial, muitas vezes sem qualquer formalidade, sem indicação do crime pelo qual a pessoa estava sendo detida, mesmo porque a maioria das vezes sequer existia de fato um crime – como foi denunciado tantas vezes, inclusive pelo “Bagulhão”, longa carta escrita por presos políticos em São Paulo ao Conselho Federal da OAB, publicada pela CEV “Rubens Paiva” e objeto de capítulo deste Relatório. Essas prisões, verdadeiros sequestros, podiam ocorrer com invasão das residências, já que os órgãos da ditadura possuíam informações sobre os trabalhadores,

³⁹ Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e assinada pelo Brasil na mesma data.

⁴⁰ Artigo 20 §1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

⁴¹ Segundo depoimento prestado por José Ibrahim na 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 04/04/2013.

fornecidas pelas empresas; também em invasões aos locais de trabalho, em reuniões ou assembleias e em manifestações.

As prisões em massa também foram diversas vezes utilizadas como método repressivo pela ditadura. Exemplo emblemático disso foi o da prisão dos trabalhadores durante a greve dos metalúrgicos na cidade de Osasco/SP.

Na referida greve somente na empresa *Cobrasma* foram presos mais de 600 trabalhadores, segundo José Ibrahim, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, em depoimento prestado à Comissão da Verdade “Rubens Paiva⁴²”. Inclusive o próprio Ibrahim foi detido e a maioria dos membros das comissões de fábrica foi presa nessa ocasião.

Também em depoimento Lourdes Nanci, da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC relatou que as empresas *Mercedes Benz*, *Volkswagen* e *Molin do Brasil*, essa última empresa na qual ela trabalhava, prenderam pessoas dentro da fábrica e posteriormente demitiram sem justa causa⁴³.

5.3 Torturas

As torturas foram amplamente utilizadas contra os trabalhadores. Diversos relatos colhidos nas audiências públicas realizadas pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” demonstram essa prática.

Luiz Carlos Prates, metalúrgico do ABC, em seu depoimento relatou prisões ocorridas em uma manifestação do 1º de maio em 1977:

Vocês se lembram em 1977, quando houve a prisão do Zé Maria, e do Celso Brambilla, no ABC, por simplesmente estarem distribuindo um material, um panfleto, dizendo o que era o dia 1º de Maio, que era o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Foram presos, torturados por dias e só não morreram, porque houve uma reação muito forte do movimento estudantil, na época; na USP surgiram as grandes manifestações, como se fala, o apito da panela de pressão.

Muitos não resistiram às torturas sofridas e vieram a óbito, como o operário e sindicalista da indústria química Olavo Hanssen, que era militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), e foi detido ilegalmente com

⁴² Depoimento prestado por José Ibrahim na 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 04/04/2013.

⁴³ 29ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, dentro do Seminário “Trabalhadores que resistiram à ditadura”, em 05/04/2013

outros militantes na comemoração do Primeiro de Maio em 1970⁴⁴. Seu caso foi tratado na 95ª audiência pública, em 18/11/2013, e seu perfil produzido pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, traz a descrição das torturas sofridas:

Em 5 de maio, foi retirado da cela e conduzido à sala de torturas, onde permaneceu por mais de seis horas. Na volta, os companheiros de cela de Olavo ouviram dele o relato das torturas sofridas: obrigado a despir-se, sofreu queimaduras com cigarros e charutos, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos, pau-de-arara, afogamentos e choques elétricos, agora aplicados por um aparelho mais sofisticado e conhecido como pianola Boilesen (este instrumento leva o nome de seu criador, o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Henning Albert Boilesen, um dos fundadores e financiadores da Operação Bandeirante, posteriormente reorganizada como DOI-CODI.

Caso emblemático também foi o de Virgílio Gomes da Silva, trabalhador químico, que integrou o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo e o PCB, ambos a partir de 1957. Virgílio foi liderança da greve de 1963, que mobilizou 3.000 funcionários, na empresa *Nitroquímica*, na qual ele trabalhava. Integrou, ainda, a dissidência do PCB e a ALN (Ação Libertadora Nacional). Foi preso em 29 de setembro de 1969. Suas torturas foram relatadas por seu irmão Francisco Gomes da Silva⁴⁵:

Meu irmão Virgílio Gomes da Silva foi preso e morto no DOI-CODI da Operação Bandeirantes, em 29 de setembro de 1969. Virgílio era militante da ALN e estava sendo procurado pelos órgãos da repressão, aparecendo inclusive em cartazes com fotografia. Eu fui preso no dia 28 do mesmo mês de setembro, tendo passado por várias sessões de tortura, quando no dia 29 Virgílio chegou no mesmo local, ou seja, Operação Bandeirantes, algemado, tendo sido preso pela equipe do capitão Albernaz (eu, pela equipe do Raul Careca). Eu estava sendo interrogado quando ouvi os gritos de Virgílio, que chegou algemado e estava sendo espancado, quando levou um chute no rosto, que se abriu e começou a jorrar sangue. Continuaram os gritos de Virgílio, que estava sendo torturado para que entregasse os companheiros. Ele recusava-se a delatar e reagia xingando os torturadores. Acredito que Virgílio chegou ao DOI-CODI [naquele período denominado Oban] por volta de 11:00 h da manhã, tendo sido assassinado por volta das 21:00 h. O corpo foi mostrado ao Celso Horta, também preso político. Virgílio foi morto pendurado no pau de arara. Mais ou menos meia hora depois que eu soube da morte de Virgílio, através de um outro preso, o capitão Albernaz dirigiu-se a mim, informando que Virgílio havia fugido. Ouvi comentários na prisão que os torturadores haviam retirado os olhos de Virgílio, bem como seus testículos.

⁴⁴ Sobre seu caso, a CEV “Rubens Paiva” produziu uma videobiografia, com interpretação do ator Edgard Castro, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=vGUN9sNZUnA> >

⁴⁵ Dossiê Ditadura – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – 1964-1985. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,, 2009, , p. 153.

5.4 Caso dos presos no navio porto de santos

A cidade de Santos conviveu, ainda, com uma modalidade específica de prisão e tortura de trabalhadores: o navio prisão “Raul Soares”. A referida embarcação, já sem utilização em 1964, foi rebocada do cais do Rio de Janeiro para o Porto de Santos/SP e serviu de presídio para “sindicalistas, líderes estudantis, jornalistas, políticos, médicos, advogados e trabalhadores em geral, opositores ao regime militar”⁴⁶.

Ruth Coelho Monteiro, ouvida na 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva”⁴⁷, relatou que conheceu pessoas que ficaram presas no referido navio:

E conheci pessoas como Leonardo Roitmann; Osny Neri; como o Sr. Cláudio, dos Químicos de Santos; todos que ficaram presos no Raul Soares - que era um navio onde se levavam os dirigentes sindicais, onde eram torturados.

Diversas eram as torturas e humilhações, físicas e psicológicas. O Sindicato dos Bancários de Santos e Região fez um levantamento sobre as torturas ocorridas no navio⁴⁸:

Todos os xadrezes, dia e noite, eram invadidos pelo fedor das secreções das imundas privadas coletivas e da comida deteriorada jogada no mar. Os presos eram coagidos e humilhados, submetidos a pressões físicas e psicológicas, dormiam em celas com água na altura da canela. Faziam refeições e iam ao banheiro na mira de metralhadoras e muitos não resistiram, e enlouqueceram ou desapareceram para sempre.

Ainda segundo levantamento do sindicato, o navio tinha três celas com nomes de boates localizadas em Santos, onde eram colocados os presos que se levantavam contra as humilhações e as torturas. Uma, chamada “*Casa Blanca*”, onde eram despejadas as fezes dos presidiários; a segunda, “*Night and*

⁴⁶ A perigosa unidade dos trabalhadores na Moscou Brasileira – Sindicato dos Bancários de Santos e Região – Intersindical, ano 2014, p. 36.

⁴⁷ 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 04/04/2013.

⁴⁸ A ‘perigosa’ unidade dos trabalhadores na ‘Moscou Brasileira’ – Sindicato dos Bancários de Santos e Região – Intersindical, ano 2014, p. 36.

Day”, onde o preso ficava com água pelos joelhos ou na altura do colchão de dormir; e a terceira, “*El Maroco*”, inteiramente de ferro ao lado da caldeira do navio, onde o calor era insuportável.

6. Mortos e desaparecidos

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” analisou e produziu perfis de 168 mortos e desaparecidos políticos do estado de São Paulo. Dentre esses, observa-se que vários foram mortos e/ou desaparecidos em decorrência de atividades políticas relativas aos trabalhadores, como militância em sindicatos, organizações de trabalhadores em fábricas, associações de operários etc.

É certo que os perseguidos políticos muitas vezes estavam fora das atividades produtivas em decorrência da imposição da clandestinidade e, não por isso, deixaram de ser considerados trabalhadores.

Também é certo que muitos dos mortos e desaparecidos políticos o foram porque lutavam pelos trabalhadores, por condições mais dignas de vida a essa classe, independentemente de estarem atuando efetivamente nas organizações de trabalhadores, na resistência armada contra a ditadura, no movimento estudantil etc.

Contudo, alguns casos são emblemáticos de como foi a perseguição àqueles trabalhadores que tinham atuação política no sentido de organizar essa classe, bem como suas histórias dão exemplos de como a repressão tinha livre circulação dentro das fábricas, possibilitando diversas prisões ilegais, torturas e assassinatos.

É o caso de Manoel Fiel Filho, operário metalúrgico, que trabalhava na empresa Metal Arte, no bairro da Móoca em São Paulo. Manoel era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi preso dentro da fábrica, no ano de 1976, por homens que se apresentaram como funcionários da prefeitura. Levado para o DOI-CODI/SP foi torturado e assassinado⁴⁹. Seguindo o mesmo *modus operandi* dos casos de José Ferreira de Almeida, Pedro Jerônimo de Souza (este, morto no Ceará) e de Vladimir Herzog, também assassinados depois de

⁴⁹ Dossiê Ditadura – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – 1964-1985. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 636.

tortura, as autoridades divulgaram a versão de que Fiel Filho teria se suicidado. Seu assassinato levou o presidente Geisel a afastar o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.

Hamilton Fernando da Cunha, conhecido como “*Escoteiro*”, era trabalhador gráfico, militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ligado a atividades artísticas. Preocupado com a possibilidade de ser identificado, pediu demissão da *Gráfica Urupês*, onde trabalhava, e no dia 11 de fevereiro de 1969, ao se dirigir à fábrica para receber suas verbas rescisórias, foi abordado por policiais que o pretendiam prender, sendo assassinado com um tiro por um deles⁵⁰.

Luiz Hirata, militante da Ação Popular (AP), atuava no movimento sindical, sendo um dos coordenadores da Oposição Metalúrgica de São Paulo, juntamente com Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira⁵¹. Foi preso pela equipe do DOPS/SP em 26 de novembro de 1971, torturado e morto em 20 de dezembro do mesmo ano.

Também Santo Dias da Silva, operário, trabalhador da empresa *Metal Leve*, militante da Pastoral Operária, o qual participou da Oposição Metalúrgica, foi assassinado pela Polícia Militar na frente da fábrica *Sylvania*, no bairro de Santo Amaro, em 30 de outubro de 1979, quando participava de um piquete de greve⁵².

Waldemar Rossi relatou em audiência como a atuação da repressão foi direcionada a atingir as lideranças dos trabalhadores⁵³:

[...] Eu pego dois casos típicos, que foi o assassinato do Luiz Hirata, em 1971, que era um companheiro da Oposição Sindical; mas que veio da JUC, com a consciência do seu papel de cristão e de operário; passou a ser operário de maneira, assim, bastante clara. E, a segunda, do próprio Santo Dias da Silva, no ano de 1979; membro executivo da Pastoral Operária, e que era o ponto de ligação entre a Pastoral e o Episcopado do Estado de São Paulo. Ele não foi assassinado por acaso. Ele era a liderança em destaque, naquela época, na cidade de São Paulo; e era um perigo para os pelegos.

⁵⁰ Relatório Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” – perfis dos mortos e desaparecidos políticos, Tomo II – Hamilton Fernando da Cunha.

⁵¹ Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” – perfis dos mortos e desaparecidos políticos, Tomo II – Luiz Hirata.

⁵² Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” – perfis dos mortos e desaparecidos políticos, Tomo II – Santo Dias.

⁵³ 29ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, dentro do Seminário “Trabalhadores que resistiram à ditadura”, em 05/04/2013.

Há, ainda, casos de operários e líderes sindicais que estavam sendo perseguidos pelos órgãos de segurança e foram presos em suas casas, como Dorival Ferreira, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), filiado ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, cuja casa na cidade de Osasco foi invadida a tiros por policiais militares, sendo o mesmo assassinado em 02 de abril de 1970.

João Domingues da Silva operário metalúrgico, militante da VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) era um dos líderes das greves ocorridas na cidade de Osasco em meados de 1968. Em 29 de julho de 1969 foi surpreendido em uma emboscada feita por agentes do DEIC (Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil) onde foi ferido. Levado para o Hospital das Clínicas foi tratado, mas posteriormente foi conduzido pelos agentes do DEIC ao Hospital Geral do Exército, mesmo com risco de vida e, em decorrência das torturas sofridas em interrogatórios, morreu em 23 de setembro de 1969⁵⁴.

José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, é importante figura da greve de Osasco, ocorrida em 16 de julho de 1968, quando trabalhava como metalúrgico na empresa *Cobrasma*. Foi preso nessa ocasião e passou por diversas torturas nos 98 dias em que ficou preso no DOPS/SP. Quando foi solto passou a viver na clandestinidade, indo morar no Rio de Janeiro e posteriormente na Bahia, onde foi assassinado, estando desaparecido desde 17 de setembro de 1971.

Olavo Hanssen, já referido, era operário metalúrgico e trabalhava na empresa *Massari S/A* que produzia viaturas, localizada no bairro de Vila Maria, em São Paulo. Filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Paulo e tornou-se membro da oposição sindical. Foi diversas vezes preso e torturado, sendo sua última prisão em 1º de maio de 1970, na comemoração do Dia Internacional do Trabalhador, tendo sido assassinado em 09 de maio do mesmo ano⁵⁵.

⁵⁴ Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” – perfis dos mortos e desaparecidos políticos, Tomo II – João Domingues da Silva.

⁵⁵ Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” – perfis dos mortos e desaparecidos políticos, Tomo II – Olavo Hanssen.

Raimundo Eduardo da Silva era militante da Ação Popular (AP). Estudante, negro e operário metalúrgico, tendo trabalhado na cidade Mauá e nas *Empresas Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de Metais e Ibrape*. Em 1970 Raimundo estava em um hospital se recuperando de uma cirurgia, decorrente de uma facada que havia sofrido, quando foi retirado por agentes do DOI-CODI. Segundo relato de seu irmão Jerônimo da Silva, ele foi levado para o DOI-CODI até que em 04 de janeiro de 1971 recebeu informação de um policial de que seu irmão “já estava fedendo há muito tempo”⁵⁶.

7. Consequências das perseguições na vida dos sobreviventes

A ditadura militar deixou diversas marcas nas vidas das pessoas que foram perseguidas. Primeiro a tensão que os trabalhadores viviam diariamente devido à repressão. Temor por sua vida, por sua integridade física, pela de sua família, receio de perder o emprego, de fazer reivindicações e acabar constando das “*listas negras*” que as empresas circulavam entre si, impossibilitando assim, nova colocação profissional.

O temor, que persiste até hoje, de processar judicialmente uma empresa que não cumpre a legislação trabalhista, por haver possibilidade de não conseguir emprego em outra empresa, é resquício desse período e dessa prática. Contudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as empresas não podem passar informações negativas acerca da conduta de ex-empregado, prejudicando, assim, o trabalhador no ingresso em outra empresa, sob pena de responder judicialmente e sofrer condenação a indenização por danos morais.

Dessa forma era um risco para os trabalhadores se organizarem na época da ditadura militar, seja participando da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), das Comissões de Fábrica ou de Assembleias de trabalhadores.

Nas audiências realizadas pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, foi possível colher depoimentos nesse sentido:

Meu nome é José Aguiar. Fui compensador de cheques, junto ao Banco do Brasil, de 1972 até 1974. Fiz a oposição dentro do Sindicato

⁵⁶ Dossiê Ditadura – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – 1964-1985. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 220.

dos Bancários [...] Eu fui preso e demitido do Banco em 1978. [...] A última vez que eu compareci em um dos debates, aqui na Assembleia Legislativa, presidido pelo deputado Adriano Diogo, eu citei o caso do Tolezano. Que eu estava junto com ele, na porta do Banco do Brasil e ele foi assassinado, covardemente, em frente ao Banco do Brasil, pela Organização Bandeirante; e que, uma semana depois jogaram o corpo dele no rio Tietê; o corpo dele apareceu boiando no rio Tietê, e foi dado como morto por afogamento, sendo que foi mentira. Ele foi assassinado na porta do Banco do Brasil, e eu estava junto com ele, na época. Eu fui marginalizado, após o meu desemprego em 1978 e estou até hoje. Hoje, para sobreviver, eu cato papelão na rua e eu vendo a revista "Ocas", para continuar sobrevivendo⁵⁷.

Companheiros e companheiras, boa tarde. Eu sou o Amaro, tenho 76 anos, já sou bisavô e eu venho de uma geração, da JOC [Juventude Operária Católica], de 1963 – quando eu entrei na JOC. Eu sempre fui um trabalhador e sempre nós fomos: Waldemar; o companheiro Rosseto; companheiro Elias; nós somos companheiros, solidários à luta operária, porque nós trazíamos, na nossa carne, o drama de todos os trabalhadores. Quantos e quantos desempregos o Waldemar sofreu; quantos e quantos desempregos eu passei⁵⁸.

Augusto Portugal também relatou em audiência que foi demitido da empresa *Scania*, após a realização da greve de 1978.

8. A resistência dos trabalhadores sob a ditadura

Mesmo com a repressão aos trabalhadores, estes sempre estiveram mobilizados na luta por melhores condições de vida. Exemplos disso são as importantes greves, manifestações e atos de 1º de maio. Diversas são as mobilizações sociais desse período, algumas mais conhecidas, outras nem tanto, mas fato é que os trabalhadores também se rebelaram contra a situação a eles imposta. Aqui falaremos apenas de algumas que foram simbólicas para o período.

8.1 O primeiro de maio de 1968

Momento importante da luta dos trabalhadores, e que é exemplo de resistência foi o ato em comemoração ao 1º de maio, em 1968. No episódio houve confusão devido à presença do então governador biônico⁵⁹ Abreu Sodré,

⁵⁷ 28ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" em 04/04/2013.

⁵⁸ 29ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" em 05/04/2013.

⁵⁹ Não escolhido por sufrágio universal, pelo voto popular.

que foi impedido pelos operários de falar e teve que sair do palanque para não ser agredido. O palanque foi derrubado e queimado pela multidão, como ato de protesto.

8.2 Greve de Perus

A chamada “*greve dos queixadas*” é também episódio importante da memória de resistência do nosso país, e exemplo da luta dos trabalhadores contra a retirada de direitos e contra a repressão. A referida greve, a maior já relatada, durou 7 anos, de 1962 a 1969⁶⁰ e atingiu fábricas de cimento no bairro de Perus, periferia de São Paulo/SP. Artigo publicado pela Rede Brasil Atual relata a repressão que ocorria nas fábricas⁶¹:

Os piquetes lembravam os de outras greves. A diferença é que mais de 200 policiais estavam dentro da fábrica desde as 3h da madrugada, a pedido do patrão [...] Foi assim que cruzaram os braços todos os 1.400 trabalhadores na fábrica de cimento localizada em Perus, no noroeste da capital paulista, e nas pedreiras de calcário situadas a 20 quilômetros dali, no município de Cajamar.

As reivindicações eram para o pagamento dos salários atrasados, reajuste salarial, cumprimento dos acordos coletivos e pagamento de verba para casa própria. Além disso, havia a luta por melhores condições de trabalho, pois muitos adoeciam e morriam devido à exposição à poeira do cimento, que causava graves doenças pulmonares. A greve terminou em 1969, e ficou como exemplo de resistência e solidariedade de classe.

8.3 A greve de Osasco em 1968

O ano de 1968 foi importante, ainda, pela grande mobilização de trabalhadores na chamada greve de Osasco, cidade da região metropolitana de São Paulo. O dia 16 de julho de 1968, na fábrica metalúrgica Cobrasma, começava a greve com 3 mil operários.⁶²

⁶⁰ OLIVEIRA, Cida. A lição dos queixadas. Rede Brasil Atual, Revista do Brasil nº 77, Novembro 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/77/a-licao-dos-queixadas>> Acesso em 25/02/2015.

⁶¹ Idem.

⁶² RUY, Carolina Maria. 1968 – Contagem e Osasco: O ressurgimento do sindicalismo. Centro de Memória Sindical. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php>

A greve que se iniciou na *Cobrasma* se espalhou a outras empresas como *Braseixos*, *Barreto Keller*, *Osram*, *Lonaflex*, *Willys Overland do Brasil*, depois veio a ser *Ford*, dentre outras.

Ponto marcante da greve foi a grande repressão aos trabalhadores. Desde o 1º de maio daquele ano, no qual o governador Abreu Sodré foi hostilizado e expulso do palanque, o movimento sindical de Osasco vinha sendo perseguido e observado. O esquema militar para coibir a greve foi forte, inclusive com cavalaria⁶³ e, após alguns dias de resistência, a fábrica da Cobrasma teve que ser desocupada, sendo aproximadamente 600 trabalhadores presos.

Waldemar Rossi conta como a repressão atuou para acabar com a greve e defender os interesses dos patrões⁶⁴:

A greve de Osasco, que teve a gerência da COBRASMA e se reteve na empresa, recebeu repressão de forte esquema militar, incluindo cavalaria. Depois de vários dias de enfrentamento, a fábrica foi desocupada; o sindicato, ocupado pela repressão; os dirigentes e militantes presos; a direção, cassada novamente; e a intervenção, mais uma vez, nomeada. A Comissão de Fábrica da Cobrasma (a primeira conquistada pelos trabalhadores no sindicalismo brasileiro em 1964) foi extinta definitivamente. Centenas de trabalhadores perderam seus empregos, entraram para as famigeradas “listas negras” e tiveram que procurar trabalho em outras cidades bem distantes. O então presidente do sindicato, José Ibrahim, e o Luizão tiveram que ir para o exílio e lá permanecerem até a Anistia, em 1979. Assim como eles, outros sindicalistas partiram para o exílio.

Ouvido em audiência pública, o ex-sindicalista Octaviano dos Santos, também falou sobre a greve⁶⁵:

Fui cassado em 1964, quando eu fazia parte do Sindicato dos Metalúrgicos, da primeira diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Tive o privilégio de participar da chapa verde oposição do sindicato contra, na época, a diretoria – que fazia as vontades da ditadura, e nada fazia para os trabalhadores. E a gente, também, entrou nessa situação de sermos cassados, quando colocamos o nosso trabalho em evidência; um trabalho de responsabilidade, no qual nos comprometemos a lutar pela nossa categoria; e fizemos aquilo, o nosso programa de trabalho, nós procuramos cumprir à risca; mas não deu para a gente chegar até

[?cd_materias=14&friurl=-1968---Contagem-e-Osasco:-o-ressurgimento-do-sindicalismo-#.VNYhT-bF_z4.>](#) Acesso em 25/02/2015.

⁶³ ROSSI, Waldemar. Tortura e exílio na ditadura militar: “Por que operários eram perseguidos, inclusive nos próprios locais de trabalho?” Disponível em <<http://revistas.usp.br/diversitas/article/viewFile/58377/61378>>. Acesso em 25/02/2015.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Transcrição da 29ª audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em 05/04/2013.

o fim. A minha participação, no movimento da greve de 1968, ela foi na empresa da qual eu trabalhava, que era a “Brown Boveri”.

E descemos, em massa, até o nosso sindicato. Para surpresa minha, no momento em que saímos, na avenida vinha vindo o Exército, com brucutu, cavalaria, e tudo para atacar a nós, na empresa. Mas, nós tivemos a sorte de estar fora, e eles não puderam fazer nada, com a gente, porque nada estávamos fazendo de errado, naquele momento; apenas descemos em passeata, e fomos até o Sindicato dos Metalúrgicos, do qual assumimos os trabalhadores, e ficamos um dia e uma noite sitiados pela Polícia Militar, brucutu, cavalaria, que queriam, naquele momento, invadir o sindicato e espancar todo mundo; além de prender, espancar. E aguentamos, até a hora que deu. Nós saímos todos presos de lá, em camburão. Fomos para o DOPS e aí, a nossa parte da greve em Osasco, ela ficou nesse sentido; eu estive preso junto com os padres franceses, na mesma cela, padre Pedro, padre Pierre, padre Antônio, que eram os franceses operários, de Osasco, que trabalhavam na Braseixos. E, ao soltarem, eu fui para Osasco. Cheguei lá, fui até o nosso sindicato, mas a ditadura já tinha tomado conta. Eles tinham quebrado móveis, tinha tocado fogo em documentos e o sindicato estava por conta do à toa, lá [...] Havia acabado a greve.

José Ibrahim, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, também foi ouvido na audiência:

Eu só quero responder, que eu acho que a greve de Osasco teve uma repercussão muito maior, porque nós já éramos vigiados desde o 1º de maio – que teve aí na Praça da Sé –, do qual o governador da época, o Abreu Sodré, ele foi escorraçado do palanque, e teve que se refugiar dentro da igreja; e, com isso, Osasco ficou perseguido e manjado. Qualquer coisa que se acontecesse, eles diziam que o terror veio de Osasco. Então, por isso que a greve de Osasco teve uma repercussão, muito grande, no país e no Brasil⁶⁶.

Anízio Batista, ouvido na mesma audiência, também relatou a ocupação militar na fábrica em que trabalhava⁶⁷:

Ouvindo as colocações dos companheiros, aqui, eu estava revivendo aqui – no passado, a barra pesada, que os trabalhadores enfrentaram; inclusive eu, que trabalhei 30 anos em fábrica, de metalúrgico, me aposentei como metalúrgico; embora que eu queria colocar uma coisa um pouco diferente [...] eu trabalhava na Willys Overland do Brasil, depois veio a ser Ford. E 1968, é pouco falado a questão da Willys, naquele tempo. A greve de Osasco, nós fizemos dentro da Willys, também, uma greve de três dias; e não se fala disso. E até o Exército, por exemplo, ficou dentro da fábrica.

Augusto Portugal, da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC, também ouvido na supracitada audiência pública, falou sobre as greves que

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

aconteceram no ABC Paulista, em especial na empresa Scania, na qual trabalhava, e da qual foi demitido após a greve de 1978.

Eu cheguei, em São Bernardo, em 1975 e fui uma das lideranças da greve da Scania. Fui dirigente da greve de 1979 e 1980, cujo grande exemplo, foi a demonstração que a classe trabalhadora – quando nós criamos o fundo de greve – conseguia, mesmo com a intervenção ministerial, continuar liderando a luta, apenas com os nossos recursos.

9. A luta das mulheres trabalhadoras

A atuação dessas mulheres, seja na própria produção, no trabalho nas fábricas, nas mobilizações e greves, seja em Associações de Donas de Casa, em Associações de Bairros, em Cooperativas, foi essencial para a luta pelo retorno da democracia e para a luta dos trabalhadores em geral.

Em decorrência da repressão às greves, muitos trabalhadores foram demitidos ou colocados em “*listas negras*” que os impediam de acesso ao mercado de trabalho formal. Nesse momento a atuação das mulheres para o sustento da família foi imprescindível, seja trabalhando em faxinas ou outras funções informais e precarizadas, seja formando cooperativas de trabalho.

Durante a “*Greve dos Queixadas*”, diante da ausência de salários dos maridos as mulheres organizaram uma cooperativa de costura.⁶⁸

Também foram elas que encabeçaram a luta contra o alto custo de vida e pela anistia.

Maria Amélia de Almeida Teles, membro da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, na 28ª audiência pública⁶⁹, ressaltou a importância da luta das mulheres:

Não podemos esquecer que o Brasil, com esse avanço do capitalismo, durante a ditadura foi um dos campeões em acidentes de trabalho e, quantos trabalhadores ficaram encostados, enquanto as mulheres iam pras faxinas, iam pras ruas, e foram fazer a luta contra a alta do custo de vida. A gente não pode esquecer disso: foram as primeiras que saíram por aí, nas periferias, fazendo abaixo-assinado. Foram as mulheres que levantaram o movimento feminino pela anistia, as

⁶⁸ OLIVEIRA, Cida. A lição dos queixadas. Rede Brasil Atua, Revista do Brasil nº 77, Novembro 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/77/a-licao-dos-queixadas>> Acesso em 25/02/2015.

⁶⁹ 28ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em 04/04/2013.

primeiras que saíram às ruas, para falar em anistia. Não se esqueçam disso. Porque, depois é que vieram os estudantes, depois é que vieram os trabalhadores, sindicalistas.

E não podemos esquecer que, essas mulheres, estavam inseridas no mercado de trabalho, porque o capitalismo, a mais-valia do capitalismo, foi contra a força do trabalho das mulheres, que recebiam a metade do salário dos homens, para fazer a mesma função.

Maria Arleide Alves, trabalhadora da indústria têxtil, também falou sobre a luta das mulheres nas fábricas⁷⁰:

Eu lembro dos anos 1970, eu trabalhava na tecelagem Calux, do qual a gente participava da comissão, da Cipa, na época. E aí, nós organizamos diversas comissões, do qual eram meninas de 15, 16 anos, que participavam dessa comissão.

Isabel Peres, da Ação Católica Operária também prestou seu depoimento⁷¹:

Como é que nós, mulheres, nos organizávamos? Através de uma Associação de Donas de Casa, ADC; como se nós estivéssemos ali, somente para cozinhar; enquanto nós estávamos discutindo a vida dos nossos companheiros, e a nossa, dentro da fábrica. Como é que a gente podia se organizar – e organizar – a partir disso.

Recomendações

- 1) Que o Estado crie políticas e mecanismos permanentes de reparação e indenização às vítimas das violações de Direitos Humanos cometidos por agentes da ditadura militar, sejam por prisões ilegais, torturas, inclusive aos trabalhadores que em decorrência das perseguições sofreram prejuízos, como perda de emprego ou barreiras para ingresso ou permanência no mercado de trabalho em decorrência de seu nome constar de “listas negras”;
- 2) Responsabilização civil e administrativa das empresas que contribuíram com o regime militar e com a perseguição aos trabalhadores durante a ditadura;
- 3) Responsabilização civil, penal e administrativa dos dirigentes das empresas que contribuíram com a perseguição aos trabalhadores na ditadura;
- 4) Promover uma reforma legislativa no sentido de excluir do ordenamento jurídico todos os resquícios de práticas antissindicais, bem como empecilhos ao livre exercício do direito de greve;

⁷⁰ Idem.

⁷¹ 29ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em 05/04/2013.

5) Ratificar a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da demissão imotivada, denunciada pelo Estado brasileiro em 1996, e regulamentar a Convenção 151, que versa sobre a organização sindical e negociação coletiva no setor público.